

Sem o quê nem porquê, o plano de recuperação judicial propõe deságio dos créditos trabalhistas, que são considerados pela Constituição Federal como créditos alimentícios, para quem tem mais de R\$ 50 mil a receber, que varia de 30% a 70%, o que representa, quanto aos créditos já reconhecidos, que totalizam cerca de R\$ 347 milhões, desconto de mais de R\$ 87 milhões.

III - Do prazo de pagamento dos créditos trabalhistas:

A lei de recuperação judicial — Lei N. 11.101/2005 — determina que proposta de quitação de dívidas trabalhistas em processo de recuperação judicial, em prazo superior a 12 meses, tem de os contemplar integralmente, ou seja, sem qualquer deságio.

Não é isso o que propõem as escolas metodistas. Para além do deságio, proibido por lei, o plano prevê que os créditos trabalhistas serão pagos em até 36 meses após a sua aprovação.

Reparem que a proposta não é a de pagar em 36 meses, mas, sim, em até 36 meses. Com isso, se o pagamento ocorrer somente ao final dos 36 meses após eventual aprovação do plano de recuperação, não se verificará nenhum descumprimento e/ou irregularidade.

O grande problema que decorre dessa proposta é que, por determinação legal, a recuperação judicial tem de ser declarada encerrada ao final de dois anos após a aprovação do plano que a autoriza.

Desse modo, pela proposta do plano, a recuperação judicial será encerrada antes de vencer o prazo de pagamento dos créditos trabalhistas. Se isso ocorrer e o plano não for cumprido — o que parece inevitável, como veremos a seguir —, não haverá mais possibilidade de conversão (convolação) da recuperação em falência, tendo os/as credores/as trabalhistas que se contentarem com a execução de seus créditos, com o desconto autorizado perante o juízo de Porto Alegre, não importando onde residam, e somente contra as escolas. Isso não aconteceria se o plano não for aprovado e/ou o inadimplemento (falta de pagamento) ocorresse antes do encerramento da recuperação judicial; nesse caso, as igrejas responderiam por todos os créditos, com valores originários.

Por isso, principalmente, que o plano não pode receber aval dos/as credores/as trabalhistas sem o aval das igrejas.

IV - Da insuficiência do patrimônio oferecido como garantia do plano:

Como já dito linhas acima, o patrimônio ofertado como garantia do plano de recuperação judicial é de R\$ 447 milhões. Porém, o passivo das instituições de ensino reconhecido pela administradora judicial é de R\$ 1,7 bilhão.

Importa dizer: a garantia somente abrange 26,3% do total do passivo. Por isso, é forçoso perguntar: quem responde pelos outros 73,7% desse total? A resposta é singela e direta: ninguém.

Assim, se o plano vier a ser aprovado nas bases propostas — o que esperamos que não aconteça e que só depende de vocês —, a possibilidade de verem seus créditos satisfeitos (pagos), ainda que todos os percalços anteriores sejam superados, é nenhuma, posto que o patrimônio não é suficiente.

Para agravar, ainda mais esse quadro dantesco, as instituições buscam, a todo custo, autorização judicial para vender parte desse patrimônio e utilizar o produto da venda para pagar salários em atraso. Como as receitas delas não são suficientes para que mantenham os salários regulares, terão que recorrer a esse expediente para todos os

meses vindouros, o que, a toda evidência, fará com que em breve não haja mais patrimônio, quer para garantir o plano, quer para pagar os salários.

E aí, o que acontecerá? Tudo indica que, se e quando isso acontecer, não haverá pagamento de créditos reconhecidos no plano (concurais) e dos salários (extraconcurais); em outras palavras, ninguém receberá mais nada.

V - Da inviabilidade do plano:

Preocupados com a possibilidade de desastroso desfecho do plano, o que se evidencia em todos os seus comandos, contratamos empresa de auditoria, sem nenhum interesse de um lado ou outro, que, em criterioso laudo técnico, confirmou o que temíamos: não há a menor possibilidade de ele viabilizar-se.

O inteiro teor desse laudo pode ser acessado pelo link www.encurtador.com.br/kpuFT

Essa assertiva pode ser constatada com um simples dado: o plano previu déficit de R\$ 19 milhões ao final de 2021. Em agosto, quando foi divulgado o último relatório da administradora judicial, o déficit já montava R\$ 120 milhões, ou seja, 6 vezes o valor previsto para o ano inteiro.

Vejam o quadro de atrasos de salários e complementos (consectários) contido na petição judicial da administradora, datada de 29 de abril último:

A propósito, ainda, a realidade econômico-financeira das instituições demonstra, por ora, atrasos nas seguintes obrigações extraconcurais:

DESCRIÇÃO	VALOR
13% dos salários de fevereiro/2022	R\$ 783.495,10
75% dos salários de março/2022	R\$ 4.755.835,93
13º salários (parcela 1/2)	R\$ 3.868.633,01
13º salários (parcela 2/2)	R\$ 3.276.467,45
1/3 férias (dezembro/2021 e janeiro/2022)	R\$ 1.699.310,49
Abono especial	R\$ 466.317,42
Vale-transporte	R\$ 30.411,58
Planos de saúde	R\$ 692.605,28
Materiais básicos/aula	R\$ 32.889,14
Contas de consumo (água)	R\$ 613.568,76
Contas consumo (energia)	R\$ 545.431,67
Softwares (Microsoft)	R\$ 393.631,68
Softwares (servidores)	R\$ 250.131,62
Acordos de rescisões – fevereiro/2022	R\$ 31.586,58
Acordos de rescisões – março/2022	R\$ 204.366,99
Acordos de rescisões – abril/2022	R\$ 217.584,67
TOTAL	R\$ 17.862.267,35

Diante de tudo isso, sugerimos-lhe que analisem com cuidado esses dados e reflitam bem sobre as consequências que poderão sofrer se disserem sim à sua aprovação.

Por derradeiro, informamos-lhes que, com a finalidade de dialogar abertamente sobre tais dados, propusemos ao secretário-geral da Associação das Igrejas Metodistas a realização de debate com a participação de todos/as vocês, mas, para nosso espanto, ele declinou da proposta, ou seja, recusou-se a aceitá-la. O que lamentamos profundamente!

Estamos à sua disposição para esclarecimentos de dúvidas, questionamentos e adoção de medidas que se fizerem necessárias à defesa de seus direitos, sendo este o único objetivo das entidades que representamos.

**Contee — Sinpro Campinas e Região — Sinpro ABC — Sinpro Minas —
Sinpro-JF — Sinpro-Rio — Fesaaemg**